

**ACTA Nº 6**  
**6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA**  
**REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2002**

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e dois, nesta Vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 15:00 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia

PONTO UM PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 4, da Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2002.

PONTO UM PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da acta nº 5, da Sessão Extraordinária de 14 de Maio de 2002.

PONTO UM PONTO TRÊS: Leitura de Expediente

PONTO UM PONTO QUATRO: Outros assuntos de interesse para a Autarquia

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS : Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Alteração ao Regulamento de Venda de Lotes da Zona Industrial da Cruz de Cristo - Borba

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Alteração ao Regulamento de Venda de Lotes do Loteamento Habitacional da Nossa Senhora da Vitória - Barro Branco

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Alteração ao Regulamento de Venda de Lotes do Loteamento Habitacional da Nave - Nora

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Alteração ao Regulamento de Venda de Lotes do Loteamento Habitacional do Forno - Orada

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira

O senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão tendo sido realizada a chamada. Verificando-se a presença dos membros:

Joaquim Maria Godinho Veiga (PS);  
Joaquim Manuel Bilro Manguinhas (CDU);  
Carlos Manuel de Almeida Cabral (PS);  
Mário Joaquim Trindade de Deus (PS);  
António José Moura Proença (PS);  
Rui Manuel Ganito Bacalhau (PS);  
Ivone da Conceição Balseiro Espiguiinha (PSD);  
Augusto Manuel Bilro Guégués (PS);  
António Joaquim Moura Lopes (CDU);  
Diogo Manuel Canhão Sapatinha (PS);  
Norberto João Figueiras Alpalhão (PS);  
Luís Manuel do Nascimento (CDU);  
António José Lopes Anselmo (PS);  
António José Barroso Paixão (PS),  
José António Carapeto Dias (PS);

Faltaram, apresentando pedido de substituição os seguintes membros efectivos:

Maria Filipa Martins de Almeida (CDU) anexo 4;

Joaquim Manuel Cardoso (CDU) anexo 1;

Jerónimo João Pereira Cavaco (PS); anexo 5

Joaquim Manuel Grego Esteves (PS); Presidente da Junta de Freguesia da Matriz; anexo 6

Faltaram, apresentando pedido de substituição os seguintes membros suplentes:

António Andrade (CDU); anexo 2  
Jacinto Mouquinho (CDU); anexo 3

Em substituição dos membros que faltaram estiveram presentes os seguintes membros suplentes:

João Catarino (CDU);  
Sérgio Gamzimba (CDU);  
Francisco Mendes (PS);  
Paulina Barradas (PS)

Antes de dar início à Ordem do Dia o senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à tomada de posse dos seguintes membros: João Catarino (CDU); Sérgio Gazimba (CDU) e Paulina Barradas (PS).

## **PONTO UM: Antes da Ordem do Dia:**

### ***PONTO UM PONTO UM: Análise conducente à aprovação da Acta nº 4, da Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2002:***

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Quem quer usar da palavra faz favor de se inscrever

O membro Luís Nascimento: Em relação a esta acta, para além de não comentar as deficiências de Português e de pontuação que a acta refere. Queria referir duas ausências. Uma, a ausência do registo do meu nome, como estando presente nesta Assembleia Municipal. A outra ausência na acta que eu gostaria de referenciar que me parece que seria importante estar plasmada nesta acta, seria na decorrência da intervenção do Vereador Serra. Logo no final da página dois, não estão referidas a forma como o senhor Presidente da Assembleia se dirigiu ao Vereador Serra, nomeadamente dizendo que o punha fora da sala. Penso que isso deveria estar plasmado nessa acta, porque penso que é um momento importante de uma Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: vai ser analisado e trazida à próxima Assembleia, a respectiva rectificação. Como mais ninguém se inscreveu, vamos passar à votação.

*Aprovada por treze votos a favor, quatro votos contra e duas abstenções*

### ***PONTO UM PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Acta nº 5 da Sessão Extraordinária de 14 de Maio de 2002.***

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Quem quer usar da palavra faz favor de se inscrever

O membro Joaquim Manguinhas: Senhor Presidente, eu peço desculpa de retomar uma questão que levantei aqui na última Sessão, já no final. O senhor Presidente permitiu que o Presidente da Câmara introduzisse na Assembleia um documento, com uma justificação. Eu aceito. Aceito que era um documento que estava mal passado à máquina e, que vinha à Assembleia para ser entregue. Era um documento que já tinha sido entregue numa outra Assembleia. Não contesto. Eu tinha dito que formalmente isso não me parecia certo, mas enfim. Podia levantar algumas suspeitas. Da minha parte não é que levante algumas suspeitas é apenas por uma questão de metodologia.

Achei mal. Mas como da outra vez não falei para a gravação. Achei mal que permitisse que no meio de uma votação (estávamos a votar a minuta da acta). Se introduzisse um documento que, enfim, podia perturbar um pouco a votação. Confesso que não é por ter qualquer suspeita do documento que substituiu outro, que já tinha sido aprovado, é um facto. Eu teria ficado por aqui se visse referenciado na acta. Mas vejo que a acta não trás qualquer referência a esse episódio, que se passou na Assembleia. Gostaria de saber a opinião do senhor Presidente da Assembleia.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: será rectificado. Mais alguém quer usar da palavra? Como mais ninguém se inscreveu, vamos passar à votação.

*Aprovada por treze votos a favor, quatro votos contra e duas abstenções.*

***PONTO UM PONTO TRÊS: Leitura de Expediente:***

O senhor António Proença: Procedeu à leitura da Correspondência recebida (anexo 7) e da correspondência expedida (anexo 8), e deu destaque à carta enviada pelo membro do P.S.D (anexo 9) conforme anexa no final desta acta, onde procura cumprir o estipulado no artº 8º do Regimento (Grupo Municipal do PSD).

***PONTO UM PONTO QUATRO: Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia:***

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Façam favor de se inscrever, para usar da palavra.

O membro Luís do Nascimento: nós queremos apresentar uma moção, que passo a ler e depois faria chegar à mesa (anexo 10).

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: vamos votar a admissão desta moção à discussão. Aprovada a admissão da moção por unanimidade. Vou pedir para ser fotocopiada e distribuída por todos e ficará anexa no final da acta.

O membro Diogo Sapatinha: eu estou plenamente de acordo com esta moção. É uma moção equilibrada. Que diz só o que é verdade. Agora, penso que uma vez aprovada. Em vez de dizer os Eleitos da C.D.U, devia ser enviada aos respectivos órgãos com a oposição da Assembleia Municipal de Borba. Caso seja aprovada, claro.

O membro Carlos Cabral: senhor Presidente, é uma questão de português. O Dr. Nascimento também se referiu à acta no sentido do Português. Este ponto dois está mal escrito em Português. "Considerando que esta medida vem prejudicar milhares de trabalhadores, mandando-os para o desemprego, muitos deles jovens, também já prejudicados com outra medida de retirar a bonificação". Na minha opinião, deve ficar: também já prejudicados com uma outra medida a de retirar a bonificação. Em português, é assim. Quanto à expressão mandando-os para o desemprego, também não me parece correcto, mas pode passar. Se a correcção do português for aceite, não tenho nada contra.

O membro Luís do Nascimento: naturalmente que se esta moção for aprovada, será uma moção da Assembleia Municipal, e não da CDU. Partimos logo desse princípio. Em relação às correcções de Português, agradeço ao Engenheiro Cabral. Aceito perfeitamente as correcções que colocou e, em relação ao "mandando-os para o desemprego", também podia fazer uma proposta de correcção transformação onde ficaria "colocando-os em situação de desemprego".

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: bem, temos aqui na mesa uma moção, que foi corrigida no ponto número dois. O restante teor da moção mantêm-se.

O membro António Paixão: eu queria expor uma dúvida que tenho. Quando leio: "considerando que esta medida vem prejudicar milhares de trabalhadores", fico com a ideia que aceito as medidas quanto aos trabalhadores da Administração Central.

O membro Francisco Mendes: uma vez que se falou na questão do Português, aí onde diz extensíveis, também não está correcto. Querem dizer extensivas?

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Visto não haver mais nenhuma proposta de alteração, proponho que se passe à votação desta moção.

*A moção foi aprovada por dezoito votos a favor e um voto contra.*

O membro Joaquim Manguinhas: quero perguntar ao senhor Presidente da Câmara, qual a situação do Centro de Saúde de Borba. Recordo que houve uma sessão extraordinária na qual estivemos todos empenhados. Houve intenções do executivo anterior reunir com a Administração Regional de Saúde. Senhor Presidente, eu sei que está cá há pouco tempo, e que me vai dizer isso mesmo. Eu aceito. Mas é

natural que em seis meses possa ter havido alguma evolução.

O membro Joaquim Moura Lopes: Eu tenho duas questões a levantar ao senhor Presidente da Assembleia, se me autorizar. Queria saber se houve dificuldades em fotocopiar o pedido que eu lhe fiz, em relação à lei 5-A. Eu ainda não a recebi. Houve alguma dificuldade no correio? Outra questão é que na anterior Assembleia, a disposição das mesas da sala estava melhor. Gostaríamos de ver em próxima Assembleia a mudança da disposição da sala. Nós os elementos da CDU, pretendemos estar virados para o público. Agradecia-lhe, caso esteja de acordo que conseguisse uma outra disposição para a sala. Uma questão para o senhor Presidente da Câmara, era para saber o ponto da situação da variante 255.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: em resposta ao senhor deputado Manguinhas, quero dizer-lhe que embora cá esteja há pouco tempo, já foram feitos alguns contactos com a Administração Regional de Saúde. Foi comunicado que era intenção desta Câmara alterar a localização do Centro de Saúde. Entramos em contacto com a Santa Casa da Misericórdia, a qual nos colocou à disposição um espaço, na Quinta da Prata. Havendo compromisso da Câmara Municipal no sentido de alterar o P.U, e permitir que o Centro de Saúde se localize naquela área. Segundo informações que tínhamos poderia haver hipótese, no caso de não encontrarmos uma solução, que o Centro de Saúde não fosse construído em Borba. Relativamente à questão colocada pelo senhor Moura Lopes, a variante 255. A informação que tenho é que a construção da variante em questão vai ter início em Agosto do corrente ano. Aliás já existem marcações feitas.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: senhor Moura Lopes, queria dizer-lhe que a lei que há pouco me pediu, foi enviada conjuntamente com o regimento. Pode ter-se extraviado, ou pode não corresponder a minha posição à realidade. Vai ser-lhe enviada novamente. Em relação à disposição da sala, queria dizer-lhe que a primeira ideia foi efectivamente colocar a sala numa outra posição. Mas o número de lugares das mesas dificultava a disposição. Vamos fazer nova tentativa ou arranjar outra solução. Como não há mais questões sobre este ponto, vamos passar ao ponto seguinte.

## **PONTO DOIS: Período para intervenção do público:**

O senhor Presidente da Assembleia: alguém do público se quer inscrever, para usar da palavra? Bem, como não há ninguém para falar neste ponto, vamos ao ponto seguinte. Vamos entrar no período da ordem do dia.

## **PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:**

### **PONTO TRÊS PONTO UM: Alteração ao Regulamento de Venda de Lotes da Zona Industrial da Cruz de Cristo - Borba:**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: quem quer usar da palavra para falar sobre este ponto?

O membro Luís do Nascimento: Senhor Presidente, parece-me que estamos na presença de uma só proposta de alteração ao regulamento. Muitos de nós não tem conhecimento do regulamento anterior. Acho que seria de alguma forma, para entendermos melhor o que se pretende, que da parte da Câmara houvesse uma explicação, no sentido de sabermos quais são as alterações.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: pretendemos fazer alterações mais significativas no regulamento de venda de lotes. Achámos que os primeiros três pontos, aliás sobretudo o primeiro ponto, de certa forma é aquele que marca decididamente alterações muito significativas naquilo que se tem feito nesta terra. E que se prende com o entendimento de que os lotes devem ser vendidos em hasta pública e aos industriais e comerciantes com sede em Borba e que se encontrem em actividade e não possuam instalações próprias. Não se fizeram alterações mais significativas por serem apenas dois lotes.

O membro Carlos Cabral: Evidentemente que neste momento o que está em causa é a venda de dois lotes na zona industrial. Trata-se de uma alteração para vender dois lotes que têm estas obrigações: industriais e comerciantes com sede social em Borba que não possuam instalações próprias. No entanto penso que no

futuro o regulamento de venda de lotes, nas zonas industriais, tem que ser feito de outra forma. Tem que existir um regulamento que tenha duas formas diferentes, pelo menos, de venda. De forma que de algum modo permita discriminar positivamente, por vários factores, entre os quais, o emprego, a criação de emprego, criação de actividades ou a resolução de problemas de instalações existentes de modo a que não sejam no fundo repetidas formas anteriores, que de algum modo não levaram do meu ponto de vista a bons resultados. Por isso, a venda destes dois lotes pode passar, pelo meu ponto de vista, com este regulamento. Para o próximo, penso que se tem que estudar devidamente a questão. Tem que se fazer uma venda em duas fases. Uma primeira fase obrigatoriamente com a apresentação de pré-projecto sobre o que se pretende fazer, e uma segunda por alienação, face ao pré-projecto, com bonificações, face às condições regulamentadas. Que fique bem claro nesta Assembleia que a qualquer loteamento industrial de um número relativamente substancial de lotes, tem que se ter em conta uma política que de alguma forma, entenda esta discriminação. Face a esta situação destes dois lotes é completar o que está feito. Parece-me que é aceitável.

O membro Luís Nascimento: eu gostaria de perguntar novamente à Câmara, perante esta alteração, se de facto foram inventariadas as carências dos industriais sediados em Borba, sem actividade e sem instalações próprias. E se de facto há interessados para este tipo de venda de lotes. Por outro lado, sem conhecer essa resposta, parece-me que esta proposta que é aqui apresentada, é de alguma forma limitadora. O que Borba precisa de facto é de mais indústria, independentemente se é da Terra ou de fora dela. Precisa de criações de mais emprego e desta forma com a limitação, de facto só ao sediados de Borba, é um pouco castradora. Pegando nas palavras do Eng. Cabral, por dois lotes não se justificava estar a fazer-se esta alteração. A não ser que haja de facto alguém a quem esteja indicado estes dois lotes.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: nós não temos em vista atribuir estes lotes seja a quem for. Temos em vista atribuir estes lotes, em hasta pública, às pessoas que possam aparecer interessadas na sua aquisição. De qualquer forma, falta de lotes para indústria de pessoas de Borba é o que mais por aí existe. Estamos conscientes que estes dois lotes não vão chegar de maneira nenhuma para as necessidades existentes. Aliás, é nossa intenção, no âmbito das indústrias mais pequenas, é fazer uma alteração ao loteamento, no sentido de criar mais lotes desta dimensão. Relativamente à outra questão de que Borba precisa de mais indústrias, isso aí, vindo de onde vem, não faço qualquer comentário. Teria que entrar em questões que se prendem com o anterior mandato, e eu não o quero fazer. Em relação às pessoas provenientes de fora, estamos a fazer todos os esforços no sentido de que o Alto dos Bacelos fique pronto o mais rapidamente possível, para que os possamos aí instalar. O regulamento até será no sentido de atrair grandes empresas para o nosso Concelho. Só a título informativo, ontem tive uma reunião com uma empresa que quer instalar-se em Borba para criar 45 postos de trabalho, na área de moldes de gesso. Mas precisa de uma área de dez mil metros quadrados o que não permite de forma alguma ser colocada aqui em baixo.

O membro Ivone Espiguiinha: Eu concordo com as alterações feitas. Em relação a haver quem esteja interessado nos lotes, eu sinceramente, como empresária que sou, acredito que nem tão pouco vão chegar. Agora, verdade é que no anterior regulamento a maneira como eles eram vendidos, isso é que é de condenar. Porque, ainda hoje, há lotes que estão por construir. Se estão por construir, é porque as pessoas que os compraram não precisavam deles para desenvolver o Concelho e para criarem os ditos postos de trabalho.

O membro Moura Lopes: Eu gostava de me referir à intervenção feita pelo senhor Eng. Carlos Cabral, de facto na última legislatura, chamemo-lhe assim, falou muito em discriminação positiva. Eu estava à espera de ver aqui neste regulamento, a tal discriminação positiva. Na sua intervenção acabou por remediar a situação. Eu estou de acordo com o meu companheiro Luís Nascimento, se era só para estes dois lotes, não precisavam minimamente de mexer no regulamento anterior. Para fazer um regulamento completamente novo, então que saia do Partido Socialista a discriminação positiva que é para as pessoas verem a diferença. A única coisa que esta proposta trás é um agravamento para as pessoas que querem adquirir os lotes.

O membro Carlos Cabral: a situação está remediada. Mas, vai fazendo-se tradição nestas Assembleias, já na última também o houve, eu ser confrontado com afirmações feitas na última legislatura. E, esperam todos de mim que eu venha com grandes ideias. Eu agradeço muito a esperança que depositam em mim. Virei com algumas ideias, mas evidentemente que o que temos em presença são dois lotes, já existentes, naquela Cruz de Cristo, que nem vale a pena a gente trazer à discussão. Evidentemente que quando houver um número de lotes significativo do ponto de vista industrial recordo que estamos a falar de pequenos lotes de oficinas, pode e deve fazer-se um regulamento com discriminação, é perfeitamente possível e, terá interesse fazê-lo. Neste caso, a sua argumentação é: se para vender dois lotes também dava o último regulamento quer dizer, pelo menos tem uma questão salvaguardada, é que sejam pessoas que estejam já registadas em Borba, como industriais ou comerciantes, para obter as instalações. Não abre às outras situações que me pareciam incorrectas.

O membro Mário de Deus: que me desculpe o senhor Presidente, mas, a minha intervenção tem uma finalidade bem precisa e bem clara. Eu quero aqui atacar declaradamente, mas muito declaradamente e muito objectivamente, as palavras que foram proferidas anteriormente pelo meu amigo Carlos Cabral. Não me diga que ele, com toda a experiência que tem e com a nossa colaboração, não há-de de ser capaz de elaborar um regulamento que impeça, que alguns autarcas tenham cinco e seis lotes. Não há-de ser capaz? Não há-de ser capaz de fazer um regulamento que impeça que hajam alguns lotes sem serem construídos? Um regulamento em que se veja que uma zona industrial é para criar postos de trabalho, não é para manter o capitalismo na sua fase mais selvagem, menos humana que permita que alguns vivam só de alugueres, só de rendas, não há-de ser capaz de fazer um regulamento em que o capitalismo seja minimamente disciplinado? Se o meu amigo Carlos Cabral não for capaz, eu prometo estar empenhado para o ajudar.

O membro Moura Lopes: quero dizer-vos com toda a franqueza, tenho alguma curiosidade em que me apareça o regulamento com a tal discriminação positiva e tudo o que apareça de bom para o nosso Concelho, estejam descansados que a CDU, irá votar a favor. Em relação ao meu amigo Mário, eu penso que todas as pessoas têm direito a adquirir terrenos, porque independentemente das funções que tiverem em cada momento, noutra momento já não estão. Portanto o problema não é esse. Se é verdade que a Zona Industrial da Cruz de Cristo não está a funcionar a cem por cento, está a funcionar a uma percentagem relativamente pequena. Convém também dizer que há muitas pessoas que meteram os seus projectos e aqui têm que ouvir isto: no governo do P.S. e os projectos não foram aprovados. É evidente que há pessoas que podem ter dinheiro para comprar o terreno e depois têm muitas dificuldades em construir o pavilhão. Vamos lá ver, se vocês P.S., querem fazer um regulamento só para pessoas que têm dinheiro para comprar o terreno e para arrancar com o pavilhão. Então têm que ir ter com as trinta famílias que foram os donos deste País. Se querem fazer uma zona industrial só para essa gente, não contem comigo. Se querem fazer um regulamento que melhor, e naturalmente que a CDU também tinha intenção de melhorar o regulamento, aí podem contar connosco.

O membro Mário de Deus: não entendo o porquê da intervenção do senhor Moura Lopes ser dirigida a mim. Basta vermos quem tem pavilhões lá em cima. Não posso deixar de dizer isto. Não quero ser mal educado, não é essa a minha intenção. A minha intervenção foi no sentido de ajudar o meu amigo Carlos Cabral. A intenção é de lutar contra o capitalismo selvagem que vive só de rendas e alugueres. É somente isto. Quando sou atacado desta maneira não entendo.

O senhor Vereador Joaquim Serra: pedi a palavra porque há determinado tipo de intervenções, tanto na vida como na política, em que devemos estar tranquilos. O Mário enquanto membro da Assembleia, lançou um repto que eu acho que era importante, mas que devia ser concluído. Porque autarcas no concelho somos muitos. Eu sou autarca no concelho há cerca de vinte anos, não tenho nenhum lote na zona industrial, nem em outro lado qualquer. Acho que devia dizer quem são os autarcas que têm lotes na Zona Industrial. Se realmente tem conhecimento desses autarcas devia dizer. Não se deve é lançar assim a dúvida dessa forma. Reconheço também que o Eng. Carlos Cabral tem todas as condições para ajudar a fazer um bom regulamento. Reconheço também que é preciso alterar e modificar o regulamento, mas não há nenhum regulamento que se venha a criar que seja infalível. As Leis são elas constantemente alteradas

e há sempre entre linhas por onde se pode passar. Efectivamente nós temos que discutir esta matéria dos regulamentos em profundidade. Não se podem fazer acusações deste tipo. Aquilo que se precisa saber é: se há autarcas que têm lá lotes, há que saber se eles foram adquiridos de acordo com o regulamento.

O Membro Mário de Deus: eu não falei em autarcas.

O senhor Vereador Joaquim Serra: falou, sim. Fugiu-lhe a boca, possivelmente deslizou. Agora aquilo que eu queria dizer é que se há autarcas que adquiriram aqueles lotes, e se enquadravam dentro do regulamento, fizeram-no de acordo com aquilo que o regulamento permitia. Agora se estão a ser mal utilizados, tínhamos que ter aqui em termos de Assembleia Municipal e do executivo da Câmara, uma palavra para com essas pessoas, para que fossem dinamizadas essas actividades. Porque se não estão a cumprir o regulamento para o qual foram adquiridos, então devia haver uma intervenção da Câmara nesse sentido. Não devemos é mandar esse tipo de bocas, porque não podemos ficar todos dentro do mesmo saco. É preciso saber-se se há autarcas da CDU, que têm lá lotes, também há certamente do P.S. Quando nós fizermos o novo regulamento, com a ajuda do Carlos Cabral, de certeza que não vai lá pôr um cláusula que impeça os autarcas de adquirir alguns lotes. Não deve haver penalizações aos autarcas por quererem ter uma actividade dinamizadora. Devemos ter cuidado quando dizemos algumas coisas para evitar confusão.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: a conversa está a desviar-se do ponto que estamos a tratar. Estamos a recuar no tempo e para o antigo regulamento. Devemos caminhar para a discussão deste regulamento e para análise do mesmo.

O membro Mário de Deus: a minha intervenção estava apenas virada para o futuro. Eu apenas disponibilizei a minha ajuda ao Carlos Cabral para fazer um regulamento melhor que o anterior. A consciência de cada um é que manda, é que dita os seus comportamentos, é que dita o que eles fazem e o que dizem. Não disse nada ao deputado Moura Lopes, não disse nada ao Vereador Serra. Não era essa a minha intenção. A minha intenção era continuar a dizer aquilo que disse enquanto fui vereador desta Câmara, durante quatro anos. É preciso moralizar as coisas. Em muitas reuniões de Câmara o vereador Serra me ajudou. Foi o vereador Serra que disse uma vez em reunião que para pegar nesta coisa dos lotes, havia que pegar em todos. Não aceitava que houvesse discriminação e que se prejudicassem alguns municípios. Isto foi o senhor vereador que disse, não fui eu. Eu agora disse o mesmo. Porque mudamos de opinião? As más consciências ficam para quem as tem. O regulamento destes dois lotes serve para fechar um ciclo. Achamos que já corrigimos um aspecto fundamental. Já evitamos um pouco que venha alguém de fora, um pouco como quem joga na bolsa, vir comprar um lote aqui. Já evitamos um pouco as arbitrariedades dos últimos mandatos.

O membro António Anselmo: com o mesmo à vontade com que votei a moção do senhor Luís Nascimento, ouvi com muita atenção o que disse a Ivone. O problema grave é que a maior parte das vezes, as pessoas que são políticas, falam muito, discutem muito e resolvem pouco. Se olharem com atenção para a zona industrial Cruz de Cristo, vão ver uma coisa muito simples: cinco empresas empregam mais gente do que cento e cinquenta barracões que lá estão. A única coisa que peço, como membro da Assembleia, e como pessoa que trabalha todos os dias, é à Câmara Municipal de Borba, é a toda esta gente, independentemente da força política, que tenham a coragem de fazer um regulamento correcto. Que respeite quem trabalha e possa criar postos de trabalhos para quem realmente quer trabalhar. Pensem que se não houver um bocado de boa vontade em termos de aplicação de investimento em Borba, qualquer dia este Alentejo é mais profundo, mas bom. O importante é o regulamento ser feito com uma intenção de preferência cativar investimentos de fora para a nossa terra. Para criar acima de tudo postos de trabalho. Criando-se postos de trabalho, cria-se um situação económica melhor, e é isso que se quer. Na minha opinião, o que está lá em cima, está mal feito. Está mal regulamentado ou foi mal regulamentado. Mas isso já foi, já passou. Agora o que se pretende é que o regulamento seja feito com muita atenção e que se olhe bem para o que se pretende. Mais vale dez empresas com dez postos do que uma com cem. Olhem para a Alemanha, as empresas familiares fazem a riqueza que têm. Sabem porquê? Porque toda a gente trabalha. O que foi feito, foi mal feito. E o pior não é o que está feito é o que não foi

feito. A Ivone tem mais que razão.

O membro Carlos Cabral: primeira nota, chegámos a um consenso. É necessário gente e novos loteamentos industriais. Agora, os regulamentos são papéis técnicos de distribuição de lotes. Têm que ter por trás aquilo que se pretende. Evidentemente que faz falta a Borba um plano estratégico de desenvolvimento, que nos aponte as linhas a médio prazo para o desenvolvimento industrial. Efectivamente que a linha da auto-estrada Lisboa-Madrid começa a ser apetecível, e nós estamos numa situação privilegiada nesse aspecto. Depois temos que saber distinguir as pequenas indústrias das médias, as médias das maiores. O que faz andar o país é a pequena e média indústria. Criado o consenso, vamos fazer o regulamento de modo a trazer a resposta ao pequeno e ao grande lote. Tentar alargar a zona dos pequenos lotes, que são cada vez mais necessários.

O membro Joaquim Manguinhas: só uma pergunta: alguém sabe quantos lotes é que foram vendidos a pessoas que não são de Borba no anterior regulamento? Alguém que já esteve ligado ao executivo anterior, por exemplo o Vereador Serra, talvez me possa dizer. Esse aspecto do regulamento anterior, dá-me a sensação que não existe. Dá-me a sensação que não há nenhum lote que não tenha sido vendido a uma pessoa de Borba, parece-me. Que fique bem claro que eu não tenho nenhum lote, nem pretendo ter algum dia. Que isto fique bem claro.

O membro Carlos Cabral: esta discussão é interessante. Eu penso que a questão está posta ao contrário. A questão é ter actividade económica e industrial para ter direito a lote. Eu podia ter ido ao sorteio e saia-me um lote. E depois? O que é que faço? Ou fico expectante ou faço casamentos ou alugo-o e vivo de rendas. A questão não é o ser natural de Borba. A minha questão é que o regulamento numa primeira, segunda e terceira fase, discriminar positivamente quem quer fazer uma actividade industrial, quem quer criar postos de trabalho. Não é o ser ou não ser de Borba. Se nós fizermos um inquérito de quantos postos de trabalho há naqueles lotes, de facto aquilo é muito fraco. Foi o que foi, não vale a pena.

O membro Moura Lopes: a intervenção do Professor Carlos Cabral tirou parte da intervenção que eu ia fazer. No fundo é precisamente isso. Olhando aqui para esta Assembleia, muitos de nós tivemos que trabalhar fora do concelho de Borba, somos naturais daqui. Temos que abrir também a outras pessoas. O tal regulamento com a discriminação positiva, deve abranger também estes casos. Se houver um estrangeiro que venha para aqui trazer postos de trabalho e acrescentar algo positivo ao nosso concelho, penso que só por esse facto não o podemos excluir.

O membro Ivone Espiguiinha: a questão essencial, não é o ser ou não de Borba. Mas sim a actividade que estava a ser desenvolvida e que era viva, não estava morta. Faço votos para que o novo regulamento seja diferente e assim serão discutidas as mais valias que se trazem. Mas em relação a estes dois lotes de terreno, acho justo que sejam para pessoas de "Borba" mas que tenham uma actividade que está a ser desenvolvida e a não possam desenvolver como querem, devido a não terem as condições necessárias.

O membro Mário de Deus: para descanso de todos, o P.S. quando trouxer o regulamento, vai trazer mesmo uma proposta de regulamento. Todos poderão participar, concordar ou discordar. A nossa intenção é que essa proposta seja tão alargada quanto possível.. A nossa proposta não pode vir marcada por intervenções quixotescas. Temos que saber o que realmente aqui estamos a fazer. As coisas tem que ser feitas com estudo e com muito trabalho.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: visto o assunto estar esgotado, vamos passar à votação.

*Aprovado por 14 votos a favor, 2 votos contra e 3 abstenções.*

### **PONTO TRÊS PONTOS DOIS, TRÊS E QUATRO: Alteração ao Regulamento de Venda de Lotes do Loteamento Habitacional da Nossa Senhora da Vitória - Barro Branco; da Nave-Nora e do Forno-Orada.**

O senhor Presidente da Assembleia: quem pretende falar sobre este ponto faz favor de se inscrever.



O membro Carlos Cabral: Estamos em presença de regulamentos todos iguais, três loteamentos. Também se pode dizer que não há discriminação positiva para jovens que teriam que ir, se não houvesse nenhuma proposta de alteração, à hasta pública. Logo, eu tenho uma proposta de alteração a fazer a estes regulamentos que se centra logo no ponto um-um (anexo 11). Eu acrescentaria o seguinte: serão sempre reservados 20% dos lotes para casais jovens, cuja soma de idades dos cônjuges seja inferior a 60 anos. A distribuição dos lotes reservados para casais jovens será regulamentada posteriormente. Quero que primeiro sejam reservados os lotes e que depois o preço tenha algum benefício. Sendo assim, a reserva desta percentagem implica uma inscrição prévia dos casais jovens na Câmara, obrigando-os a não vender a casa durante alguns anos. Após a primeira hasta pública, logo veremos se os 20% chegam. É o que eu tenho a propôr.

O senhor Presidente da Câmara: se me permitem eu gostaria de dizer algumas palavras sobre estes regulamentos. Relativamente aos regulamentos apresentados, baseámo-nos nos seguintes itens: o valor de avaliação para o inventário, tendo sido considerada a área do lote, a área de construção, a posição relativa do lote, (se é moradia isolada ou não), etc.. e em relação a critérios de prioridade, considerámos prioritariamente habitação própria e em segundo lugar construção para venda. Depois de termos aprovado tudo isto em reunião de Câmara, reconhecemos sempre que era importante que houvesse uma cláusula que beneficiasse os jovens e a fixação de jovens em Borba. Estamos por isso de acordo com a proposta do Professor Carlos Cabral. Estamos, os eleitos do Partido Socialista, naturalmente

O membro Luís Nascimento: esta questão que o Eng. Cabral coloca é uma questão de pormenor em relação ao regulamento. Na nossa óptica há aqui questões mais gravosas que deviam de facto ser avaliadas. Nomeadamente o valor a que ascenderam os lotes. Nomeadamente o loteamento do Forno, em Orada. Este valor não está aqui mas eu recorro que estes lotes deviam oscilar entre os oitocentos e os mil e cem contos, na altura da primeira fase, e nesta fase quase que triplicam os valores dos lotes. Esta proposta não vai ao encontro da facilidade de aquisição de habitação própria. Eu coloco a questão desta forma: se um casal jovem adquirir um lote pelo preço que aqui está, nós sabemos que os jovens têm necessidade de recorrer ao crédito bancário para poder de facto construir a habitação. Normalmente faziam a aquisição do lote e depois hipotecavam o lote para conseguir dinheiro para a construção. Assim, para conseguirem adquirir o lote, tinham que hipotecar o mesmo. Mais a mais, eu volto a falar na medida que o Governo tomou em retirar a bonificação do crédito à habitação aos casais jovens.

O membro Moura Lopes: é que no fundo é mesmo esta questão. Se nós vamos reservar 20% ou 30% dos lotes para os jovens e depois lhe dizemos que têm que pagar três mil e setecentos contos por um lote de terreno, como é que eles vão comprar esse terreno? Digamos que estamos a dar-lhe com uma mão e a tirar-lhe com outra. Aqueles terrenos não foram feitos para lucro. Uma coisa é aqueles terrenos que foram feitos para lucro e há legitimidade numa sociedade capitalista. Aquilo que for possível, as pessoas que for possível alojar no nosso concelho, sejam jovens ou menos jovens, mas que tenham algumas carências. É para esta gente que são estes terrenos. E com estes preços estamos a afastá-los, e é aqui que eu quero chegar.

O membro Carlos Cabral: sejamos claros. Não se trata aqui de habitação social. Trata-se de habitação própria e permanente, construída pelo próprio, comprando o terreno e que esse terreno a preço do mercado vale uma percentagem do produto final que é a casa. Muitas vezes diz-se que as pessoas não têm possibilidades, vendemos um terreno barato e depois vemos construções de 40 ou 50 mil contos. Por isso a questão não é tão clara. Há uma discriminação de facto que tem que ser feita aos jovens. Face a isto, nós comprometemo-nos a dar redução aos casais jovens. Agora isto não é habitação social. Por outro lado, como os terrenos também se destinam a empresários para construir para vender, vamos baixar os preços e dar mais lucro aos empresários? Vamos em frente que estamos em tempo disso.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: vamos votar a proposta de alteração introduzida pelo membro Carlos Cabral.

O membro Carlos Cabral: desculpe senhor Presidente, os regulamentos são os três iguais, as propostas de alteração são iguais. Entendo eu que devíamos votar os três regulamentos simultaneamente.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: alguém se opõe à proposta do membro Carlos Cabral? Aprovada por unanimidade. Então, passamos à apreciação simultânea dos regulamentos uma vez que estes são idênticos. Estão portanto à discussão os pontos 3.2, 3.3 e 3.4, --

----- O membro Rui Bacalhau: relativamente à proposta apresentada pelo Eng. Cabral, em que mete aí os 60 anos, eu já falei aqui na bancada que podíamos integrar isto no regime de interioridade que foi criado a ano passado pelo Governo P.S. Esse regime tem diversos critérios, que vão até aos trinta e cinco anos. Se nós queremos desenvolver o nosso concelho, se queremos atrair pessoas para cá, independentemente de não ser habitação social e tudo isso. Eu proponha para discussão que esse regulamento fosse fundamentado, não até aos 60 anos porque está a limitar uma franja de pessoas. Mas que seguisse o critério que foi o ano passado votado na Assembleia da República. Estão lá os critérios bem definidos.

O membro Mário de Deus: eu penso que a proposta passava pelo regulamento específico dos jovens vir a esta Assembleia. Eu penso que esta questão ficaria para o próximo regulamento. Ficaria o regulamento em aberto.

O membro Carlos Cabral: os regulamentos não podem ficar no abstracto. Jovem considero-me eu. Então proponho: serão sempre reservados 20% de lotes para casais jovens. A definição de casais jovens e o regulamento da distribuição dos lotes para esses casais, será aprovado na próxima Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia: já agora eu proponho ao Eng. Carlos Cabral que quando fala em reserva de 20% de lotes para casais jovens, que seja acrescentado a seguir: para habitação própria de casais jovens.

O membro António Paixão: quando a Câmara proceder à hasta pública dos 80% dos lotes, eu posso ou não candidatar-me a um lote? Não definem a idade. Eu considero-me um jovem e fico a aguardar os outros 20%. E depois não me dão lá entrada. Parece-me que tem que ficar definido. Uma pessoa pode ficar na expectativa e depois não tem lá entrada.

O membro Ivone Espiguiinha: se isto é para ir a hasta pública há que ficar definido. Isto tem que ter uma definição.

O membro Mário de Deus: D. Ivone, vamos lá ver se eu consigo explicar-lhe a nossa ideia. A nossa ideia de facto era que esta definição de jovens, inclusivamente a bonificação a dar aos jovens, tudo isso fosse consensualizado aqui na Assembleia na próxima reunião. Nós agora o que fizemos foi retirar 20% dos lotes para reserva, não vão a hasta pública, e a Câmara só os vai poder vender depois da próxima Assembleia Municipal, em que nós todos aqui vamos definir o que entendemos por jovens. Quais as bonificações que queremos dar. Se a Câmara marcar, se a Câmara marcar antes da próxima Assembleia, estes 20% não vão a hasta pública. Vamos todos trazer a nossa proposta e discuti-la aqui na próxima Assembleia. Para não nos precipitarmos, vamos comprometermo-nos que em Setembro todos trazemos a nossa definição de jovens.

O membro Carlos Cabral: se houver uma hasta pública antes de Setembro, nós temos que deixar aqui definido o limite. Porque, se não, as pessoas não sabem se estão em condições de ir à reserva dos jovens, ou não. Para não haver confusão, deixamos o limite dos setenta anos ( soma da idade dos cônjuges).

O senhor Presidente da Assembleia: coloco a proposta do Eng. Cabral à votação.

Aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: agora vamos votar simultaneamente os três regulamentos.

Aprovada por 14 votos a favor e cinco votos contra.

A C.D.U, apresentou declaração de voto.( anexo 12)

## **PONTO TRÊS PONTO CINCO: Apreciação das Actividades da Câmara e da sua situação**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal: vamos passar ao ponto três ponto cinco. Passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal: Havia sido prometido que as informações em relação à situação financeira da Câmara viriam alteradas, mas ainda o não foi possível. Relativamente à actividade da Câmara também pensamos fazer alterações, no que diz respeito ao relatório. Não vou enumerar todas as actividades aí descritas. Mas quero enumerar algumas mais significativas que se prendem com a actividade da Câmara. Relativamente à concretização de obras que estavam em curso, com problemas de várias natureza, as quais nos têm ocupado de forma intensiva, quero dizer-vos que passados seis meses da nossa entrada nesta Câmara, já fizemos alguma coisa. Em termos de aprovação de projectos, temos ao nível da Comissão de Coordenação da Região Alentejo seis projectos aprovados, com hipótese de passar a oito na próxima segunda feira. Projectos aprovados: Loteamento do Forno, Rua de São Francisco, A Festa da Vinha e do Vinho do ano passado, o Jardim Municipal, a revisão do P.D.M e a revisão do Plano de Pormenor do Alto dos Bancelos. A informação técnica que possuímos neste momento é que não há nada contra a aprovação da Rede de Águas da Nora e a Estrada 1041, que se encontra em fase bastante adiantada. Para além disto, temos tido várias reuniões no conselho de administração da Associação de Municípios do Distrito de Évora. Há um problema que bastante nos preocupa, que é a central de transferencia de lixo. Tem funcionado provisoriamente na antiga lixeira. Já comunicamos à G.N.R. o facto de se acumularem lixos, cuja origem se desconhece, em situação alheia à nossa vontade. Tem sido colocado fogo posto, de forma sistemática. Neste momento a Central de Transferencias está praticamente concluída. Estamos neste momento em negociações com cinco olivais para permitir o acesso à central de transferencia de lixo. É preciso fazer um arruamento de acesso e nenhum dos olivais que o permitirá é da Câmara. Estamos em negociações com os proprietários. O ICOR, como sabem, relativamente à variante que vai ser construída, pagou preços, em nossa opinião, de acordo com avaliação feita, extremamente exagerados. Pagou olivais a 280\$00 m<sup>2</sup>. Agora é difícil explicar aos proprietários dos olivais que o preço não é aquele. Nós temos avaliações dos olivais feitas entre os 50\$00 e 70\$00 m<sup>2</sup>. A anterior gestão tinha oferecido 100\$00 m<sup>2</sup>. Esta situação é complicada para nós. Como se sabe a situação financeira não é famosa. Isto dificulta a aquisição dos olivais. Estamos em negociações para resolver este problema rapidamente. Por outro lado, as Câmaras não pagam à Associação de Municípios, esta não paga aos transportadores de lixo. A situação é grave, mas esperamos que venha a melhorar. Há outras questões que nos preocupam, por exemplo: o material eléctrico que foi comprado para o Jardim Municipal. Em conversa com a E.D.P, foi-nos dito que o material comprado no valor de quinze mil contos, tem que ser recepcionado pela E.D.P.. Tenho dúvidas que isso tenha acontecido. Facto que pode trazer grandes prejuízos à Câmara. No fundo o material tem que ser certificado. Em relação à Etar de Borba, já foi ligada. Temos a Etar da Ribeira também em fase adiantada. Quero dizer-vos que esta obra só foi concluída agora porque nos solicitaram um arranjo paisagístico que tinha sido previsto, e que faltava. Penso que após isto, se poderá concluir definitivamente a obra.

O Vereador Artur Pombeiro: Para além das obras que o senhor Presidente já referiu, estamos neste momento a cortar todos os pastos da berma das estradas, na Zona de Rio de Moinhos, Barro Branco, Aldeia de Sande e Alcaraviça e nomeadamente até ao limite do Concelho, na Orada. Existe em obra o Jardim Municipal e outras pequenas, dispersas pelo Concelho.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: o Vereador da cultura por motivos pessoais não pode estar presente nesta Assembleia. Mas em termos culturais foram feitas várias coisas. É de realçar o êxito atingido com a comemoração dos setecentos anos do Foral de Borba. Quero realçar também que muitas das iniciativas que temos realizado têm sido feitas com prata da casa, procurando gastar o menos dinheiro possível. Estão também negociados e assinados protocolos com várias associações culturais e desportivas. Houve também uma reunião com a Comissão de Trânsito, o Vereador Pombeiro esqueceu-se de referir, vão ser propostas algumas alterações que mais tarde provavelmente, terão que vir à Assembleia Municipal, para aprovação. Temos também garantias que os controladores de velocidade que se encontram montados vão ser ligados. Temos garantia que toda a estrada nacional quatro vai ser iluminada,

entre as bombas de gasolina e o cruzamento de Elvas. Em relação ao cruzamento da Orada há uma proposta nossa no sentido de alterar aquela situação, que é gravíssima e que pode trazer situações complicadas, assim como o seu acesso. Tenho-me consciencializado ao longo deste seis meses que há grandes burocratas e que são especialistas em complicar. Pensamos também alterar a localização do estacionamento daqueles tir's que estacionam no Jardim..

O membro Moura Lopes: Felizmente está a esbater-se mais a crispação resultante das eleições, estamos a navegar numa situação bem mais racional e isso agrada-me. É nessa perspectiva que vou fazer algumas perguntas sempre na procura de melhorar o que existe. Tenho consciência que a perfeição é um objectivo a atingir. Agora, em Borba temos carros abandonados, situação que eu gostaria de ver resolvida. Gostaria de alertar também para as bandas sonoras, que todos nós já alertamos, inclusive a oposição da altura. As bandas sonoras já se estragaram. Estão estragadas e agora têm lá pregos que bastante prejudicam os carros. Há que tomar medidas. Não se gasta assim tanto dinheiro. Já agora, gostava de saber em que ponto se encontra a transferência da clínica de saúde Borba? Também todos sabemos que as ruas de Borba são estreitas e que não podemos esperar milagres, mas podemos esperar melhorias. O que está em vista para ser feito em relação ao trânsito? Uma outra situação que já me preocupa a alguns anos são as pontes quando se vai para a Orada. As pontes são extremamente perigosas. Isto já custa dinheiro, mas se possível devem candidatar-se a fundo comunitário, ou uma outra solução.

O membro Sérgio Gamzimba: eu queria referir-me à parte cultural. Tenho uma proposta a fazer a esta assembleia e quero ouvir a opinião da mesma. Em conversa já tida com o Vereador Humberto Ratado, que era de a Câmara Municipal criar uma comissão municipal de cultura e desporto, e juntarem todas as Associações do Concelho. Isto, para que haja uma planificação de todas as actividades. Se trabalharmos todos em conjunto, até porque a Câmara está a tentar trabalhar dessa forma, parece-me que deveria haver um planeamento anual. Será viável esta comissão?

O membro Luís Nascimento: queria colocar três questões, uma delas é por desconhecimento pessoal. Na parte da coordenação geral, no relatório, vêm referidas afelopes. Eu sinceramente não sei o que são afelopes. Uma outra questão, em relação ao planeamento. Vem aí que foi deliberado proceder à revisão do PDM. Sabemos que o PDM já carecia de alguma revisão. Eu gostaria de saber, porque não tive de facto acesso a nenhum documento sobre isto, quais foram as objectivos gerais que levaram à revisão do PDM? Já foi feito concurso? Se não foi feito, qual a modalidade de concurso? Eu desconheço totalmente esta matéria. Deverá ter sido tratada numa Assembleia em que não estive presente. A última questão tem a ver com a situação financeira. Partindo do princípio que isto é um documento da Câmara, porque não está devidamente identificado, não tem sigla, não tem nome, não tem nada. Eu gostaria de fazer uma sugestão, é que neste quadro da situação financeira podessem nele ser incluídos os empréstimos contraídos às entidades bancárias. Penso que este valor também reflecte a situação financeira da Autarquia.

O membro Carlos Cabral: não sei se está previsto, na questão do trânsito, mas o Bairro da Cerca, já tem neste momento muito movimento. Tem duas ruas que vêm da direita para a rua principal de saída e não se encontra lá nenhum sinal de trânsito. Isto é uma recomendação por se tratar de situação perigosa.

O membro António Paixão: bem, o trânsito é uma das vertentes que nos preocupa a todos nós e eu já ouvi aqui falar várias vezes no trânsito, também queria, enfim, trazer algumas sugestões a propósito dele mesmo. Portanto, chamar a atenção para os graves problemas que atravessa a Freguesia de Rio de Moinhos, e agora que vejo aqui em Borba, talvez um sítio menos perigoso um levantamento de sinais, acho que na Freguesia de Rio de Moinhos, há pelo menos um local em que também devia ser contemplado por uma situação destas, que é ali ao forno do Barro Branco. É uma zona bastante perigosa, não são as lombas que resolvem o problema, já vimos o que aconteceu às lombas que lá estavam. Para além daquele local, solicito atenção à estrada 508. É uma estrada onde entram e saem muitas pessoas para propriedades e até habitações. Pelo que consta a estrada facilita as velocidades e devia ser objecto de mais atenção. Outra coisa que eu queria alertar, aliás já o fiz, anteriormente, é o facto de as minhas intervenções serem sempre simples mas tocaram problemas concretos. Pelo facto de alguém aqui já ter notado, então e agora? Tem a ver com o que eu vinha dizendo no outro mandato. É que agora vou falando

com alguma frequência com os responsáveis da Câmara nestas questões e não vale a pena vir aqui abordá-las outra vez. Bem, mas queria aqui alertar e sensibilizar toda a Assembleia para duas situações que há em Rio de Moinhos, e uma delas teríamos que ter a coragem de a encarar, que são as barracas que há pela Freguesia. A intenção de todos os eleitos desta Assembleia e Câmara será apresentar um trabalho bonito ao longo do mandato. Trabalhamos nesse sentido, gastam-se verbas importantes para que isso aconteça, e depois são estragados pelas barracas que proliferam em Rio de Moinhos. Para além das barracas, temos os carros abandonados nas ruas. Eu já fiz algumas listagens para a Câmara no outro mandato e agora, não me recordo se já o fiz. É outra das razões que me magoa ver a quantidade de carros abandonados ali em Rio de Moinhos, e um, particularmente, pelo facto do volume que ocupa que é um autocarro. Eu tenho tentado sensibilizar o proprietário do autocarro, ele responde-me que aquilo não é um carro abandonado, que contém lá produtos de valor. Em meu entender não devia estar ali a ocupar aquele espaço na via pública. Portanto, coragem para resolver estas coisas. Quando lutamos por melhorias para o bem geral, não temos que ter pena de tocar alguém em particular.

O membro Francisco Mendes: o problema que eu queria colocar surgiu depois de ouvir o Paixão. No Bairro da Cerca, acontece um problema mais ou menos semelhante relativamente aos carros abandonados. Alguns já estão lá há imenso tempo, de vez em quando vão desaparecendo uns e voltando outros. Na zona do mercado aparecem esses carros sistematicamente. Gostaria que a Câmara visse o que pode fazer para que estas situações, futuramente, sejam evitadas. Outro problema complicado é o dos cães abandonados que surgem no Bairro da Cerca. Há pessoas que com a melhor das intenções, ninguém duvide, os alimentam, pelo menos não passam fome. O problema é que depois de estarem alimentados começam a portar-se mal. A horas impróprias há tremendas algazaras, perturbam o descanso dos moradores que no dia seguinte têm que trabalhar. O que se torna de facto complicado. Ver se a Câmara podia arranjar uma alternativa para que sejam recolhidos para um canil ou um outro sítio.

O membro Ivone Espiguinha: em relação à iluminação na Nacional Quatro, estando prevista a iluminação, considero correcto. É pena e temos que ter cuidado também, em não descuidar as partes antigas. Temos a praça. A Praça é uma referência, e ela está às escuras, tal como por exemplo a Aldeia da Nora, na parte da Freguesia da Matriz, temos o Bairro do Pião, temos a Rua da Tugeira às escuras. O que dá iluminação a estas zonas são os particulares que têm candeeiros. Atenção não descurem as partes mais antigas.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: Em relação a carros abandonados esse assunto é, naturalmente, uma preocupação nossa. É uma situação que nos preocuparemos em intervir. Relativamente à questão das bandas sonoras, é outro assunto de extrema importância. Aliás na sequência das alterações que vão ser introduzidas houve contactos já com uma empresa no sentido de nos apresentar orçamento para a colocação em várias zonas, não só nas que foram referidas. Em relação à questão da clínica, já tinha sido aqui referido por mim, que tínhamos tido um contacto com o interessado logo no início do mandato no sentido de se transferir a clínica. Acontece que surgiu a questão relativa ao Mercado Municipal. Já foi entregue no final desta semana uma proposta de alteração do Mercado que passa exactamente pela hipotética negociação. Mas também não houve mais nenhuma manifestação de interesse desde essa reunião. Neste momento, não sei se a pessoa continua interessada. Em relação à questão do trânsito, nós vamos intervir. Claro que esta intervenção vai passar por uma alteração provisória, mas é nossa intenção entregar o problema do trânsito de Borba a uma empresa especializada. Em relação às pontes junto à Orada, há algumas beneficiações que se podem eventualmente fazer. Já conseguimos acabar com aqueles anticlinais que havia ali à entrada da estrada, todos aqueles altos finalmente foram destruídos. A questão das pontes passaria naturalmente por alterações do traçado da estrada que pode ser uma hipótese a considerar. Em relação àquilo que o Sérgio disse, isso de facto é uma preocupação nossa, aliás o Vereador Humberto, suponho que tenha falado um pouco nessa direcção, é urgente a criação de uma comissão que vá planear as actividades. Isso é muito importante. Em relação à questão levantada pelo Luís Nascimento, relativamente à revisão do PDM, isso foi um assunto tratado na última Assembleia Municipal. Foram consultadas cinco empresas, dessas cinco a mais bem posicionada foi a empresa FBO à qual já foi adjudicado o trabalho, tal como em relação ao Plano Global da Unor 2 do Prozom e a proposta de alteração ao Plano de Pormenor do Alto dos Bacos. Relativamente à questão da inclusão dos empréstimos das instituições bancárias, acho que é importante, aliás nós temos um modelo diferente e que

poderá passar também por isso. A questão do Carlos Cabral, a questão do trânsito, penso que isso já tinha sido referido até numa outras reunião que tivemos da Comissão de Trânsito. A questão levantada pelo Paixão quanto à estrada 508 poderá ser resolvida com as bandas sonoras. Já em relação aos sinais luminosos que estão aqui, não são nossos, são sinais luminosos que foram colocados pelo ICER, e penso que em relação ao Barro Branco poderá haver outras soluções que eventualmente poderão passar por rotundas, coisas que evitem que as pessoas passem ali em grande velocidade. Quanto à questão das barracas, estamos a falar de barracas de animais. Esse assunto também poderá ser estudado. Temos comunicado aos órgãos responsáveis não só o problema das barracas como de outro tipo de problemas ambientais. Em relação aos cães abandonados pensamos fazer um canil provisório. Em relação à iluminação, quero dizer-lhe, D. Ivone, que pedimos a uma empresa que nos apresentasse algumas propostas de luminosidade. Isto é um problema que não está descurado, até porque no atendimento público é um dos assuntos mais falados. Mas a EDP não está a querer investir, está a querer desligar-se e o nosso dinheiro é pouco. Estamos a tentar resolver este assunto. Em relação ao hospício há uma proposta que nos foi apresentada pelo proprietário no sentido da venda do hospício por cinquenta mil contos. Deste dinheiro seria subtraída a verba que a Câmara lá investiu, depois havia uma grande parte que seria donativo e no fundo a Câmara fazia um investimento de cerca de oito mil contos. Mesmo assim fizemos a avaliação do imóvel, achamos dispendioso e estamos a pensar apresentar uma contraproposta de cerca de três mil contos mais baixo, com o objectivo de candidatar a recuperação do edifício.

O membro António Paixão: eu peço desculpa por há pouco não me ter lembrado. Em Rio de Moinhos improvisamos há uns anos um ATL, é uma cave que não tem condições para esse efeito. Constatamos que temos espaço nos edifícios da escola, onde sempre tem funcionado a Telescola, e que segundo opiniões de técnicos não será a melhor forma de dar continuidade ao ensino do primeiro ciclo, porque os alunos têm melhores condições na Vila. Noutra tempo eu defendi de outra forma, tive outra posição, mas isto prova que evoluímos. Agora, defendo que devíamos terminar com a telescola em Rio de Moinhos e enviar os miúdos para o ensino aqui em Borba. Esta solução permitiria aproveitar aquele espaço para um ATL e uma creche, por serem equipamentos que se fazem sentir com alguma necessidade. Deixo o meu alerta nesta Assembleia.

O senhor Presidente da Câmara Municipal: nós podemos entrar em contacto com a Direcção Regional no sentido de tentar resolver esse problema. Ainda há dias mostrei a minha preocupação naquela Direcção, com o encerramento da escola primária da Aldeia de Sande. Manifestei preocupação. Acho que não é fechando escolas que se resolvem os problemas das Aldeias. Em relação à escola da Aldeia de Sande hei-de falar com o Presidente da Câmara de Estremoz no sentido da revitalização da própria Aldeia. Penso que é uma Aldeia que tem sido abandonada por ser partida a meio, e como é partida a meio, nem Borba nem Estremoz se têm preocupado muito com ela. Penso que poderíamos estudar para ali um loteamento conjunto entre Estremoz e Borba. Outra preocupação que há pouco me esqueci de mencionar, não tem a ver com a moção aqui apresentada, mas é uma situação que nos preocupa bastante. É a questão dos trabalhadores da nossa Câmara. Há uma série de trabalhadores que estão na parte final da conclusão do contrato, estão a chegar aos dois anos de contratos. E isto é complicado. Por um lado precisamos de mão-de-obra, por outro lado não podemos renovar contrato. Até porque o limite com as despesas de pessoal foi ultrapassada e isso dá-nos direito a perda de mandato e nós não estamos interessados nisso. Vamos tentar atenuar esta situação porque é preocupante a curto prazo. [G1]

*Seguidamente foi lida e votada a minuta da acta. A minuta foi aprovada por unanimidade*

O senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

#### **Documentos anexos a esta acta:**

Anexo 1 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Manuel Cardoso

Anexo 2 - Pedido de substituição do membro senhor António Andrade

Anexo 3 - Pedido de substituição do membro senhor Jacinto Mouquinho

Anexo 4 - Pedido de substituição do membro senhora Filipa de Almeida

Anexo 5 - Pedido de substituição do membro Jerónimo João Pereira Cavaco

Anexo 6 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Esteves

Anexo 7 - Correspondência recebida pela Assembleia Municipal

Anexo 8 - Correspondência expedida pela Assembleia Municipal

Anexo 9 - Carta enviada pelo membro do P.S.D

Anexo 10 - Moção

Anexo 11 - Proposta apresentada pela CDU

[G1]